



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Educação em Direitos Humanos: Intersetorialidade e Práticas Multiprofissionais

Human Rights Education: Intersectorality and Multiprofessional Practices

Érica S. Del Giudice¹

EIXO 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Introdução

Este trabalho resulta da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, articulando reflexões teóricas e experiências profissionais em torno da Educação em Direitos Humanos (EDH) como política pública estratégica para a promoção da democracia e enfrentamento aos discursos de ódio. Compreendida como política transversal, formativa e estruturante, a EDH revela-se indispensável à consolidação da democracia e à construção de uma cultura de direitos. Se ancora na minha atuação como Consultora Ad Hoc do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), na Relatoria Especial de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e Avanço das Células Neonazistas. Bacharel em Serviço Social pela UFF e professora da rede pública municipal de Niterói, trago uma perspectiva intersetorial que sustenta a defesa de uma formação ampliada de educadores em direitos humanos no campo da educação pública

Desenvolvimento

A pergunta que mobiliza este trabalho não é apenas conceitual, mas profundamente política: quem educa em direitos humanos quando a escola é convocada a enfrentar desigualdades, proteger a dignidade das infâncias e juventudes e responder aos avanços dos discursos de ódio? É nesse contexto que se insere a defesa de uma formação ampliada, multiprofissional e intersetorial, capaz de reconhecer que a atuação do/a assistente social na escola não apenas complementa, mas integra os

¹ Doutoranda PPGE-UFF, Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Consultora Ad Hoc / CNDH e Professora da rede pública de Niterói. Email: ericappdh@gmail.com



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

processos educativos na perspectiva crítica dos direitos humanos.

A inserção do/a assistente social nas escolas públicas, conforme previsto na Lei nº 13.935/2019, requer uma compreensão ampliada de suas competências profissionais. Como destaca Iamamoto (2007), o Serviço Social atua na mediação das expressões da questão social e sua presença transcende o apoio técnico-pedagógico, contribuindo diretamente para a formação cidadã. Reconhecer o/a assistente social como educador/a em direitos humanos é fundamental para fortalecer o projeto político-pedagógico das escolas.

O alarmante crescimento de episódios de violência e disseminação de discursos de ódio nos espaços escolares e na sociedade, evidencia a urgência de respostas intersetoriais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), os casos de violência escolar aumentaram 155% entre 2021 e 2023, muitos motivados por discursos extremistas propagados em ambientes digitais. Nossas infâncias e juventudes estão expostas. Neste cenário, a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), em fase de reelaboração, oferece diretrizes para uma formação crítica, inclusiva e plural, convocando a escola a assumir um papel ativo no enfrentamento às desigualdades estruturais.

A escola é, historicamente, o maior equipamento público e institucional que acolhe, forma e atravessa a vida de nossas crianças e jovens. Mais do que um espaço de transmissão de saberes formais, ela se constitui como território cotidiano de socialização, produção de subjetividades e disputa de sentidos. É nela que, cotidianamente, se manifestam as contradições sociais, as desigualdades estruturais e os enfrentamentos às diversas formas de opressão mas também é nela que se forjam resistências, afetos, vínculos e projetos de futuro.

Como nos advertiu Adorno (1995), educar para que Auschwitz não se repita é um imperativo ético. A escola pública, nesse contexto, campo institucional torna-se um espaço de resistência democrática, construção da memória, defesa da dignidade e promoção da justiça social. A articulação entre docentes e outros profissionais da educação — como assistentes sociais — é estratégica para garantir uma resposta educativa capaz de enfrentar as múltiplas expressões do conservadorismo e da intolerância.

Por fim, este trabalho se ancora na perspectiva crítica dos direitos humanos, que compreende



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

os direitos como construções históricas, vinculadas a lutas concretas e enraizadas em contextos específicos. Vera Candau (2012) articula igualdade e diferença sem reduções. Herrera Flores (2009) destaca as dimensões culturais e materiais dos direitos, e Douzinas (2007) aponta seus paradoxos, entre emancipação e dominação. Assim, os direitos humanos são compreendidos como campos de disputa atravessados por poder e historicidade.

Considerações Finais

Nossas crianças e jovens estão cada vez mais expostos a diversas formas de violência e aos discursos de ódio que atravessam a sociedade e invadem os espaços escolares, muitas vezes por meio das redes sociais, da mídia e até de práticas institucionais. Diante desse cenário, a escola se configura como um dos mais importantes equipamentos públicos de intervenção social e política. É nela que convergem diferentes dimensões da vida: o direito à educação, à proteção, à convivência democrática e ao reconhecimento das diversidades. Para que a Educação em Direitos Humanos se efetive nesse espaço, é imprescindível uma abordagem intersetorial e multiprofissional, capaz de articular diferentes saberes e práticas na construção de uma cultura de direitos, especialmente voltada à promoção e defesa das infâncias e juventudes.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios e perspectivas. In: CANAU, V. M. (Org.). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HERRERA FLORES, Joaquín. Por uma crítica dos direitos humanos. Tradução de Joaquim Barbosa. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- SACAVINO, Susana. Formação de educadores em direitos humanos na América Latina: reflexões e desafios. In: CANAU, V. M.; SACAVINO, S. (Orgs.). Educação em direitos humanos na América Latina: experiências e desafios. Petrópolis: Vozes, 2015